

## Modelos Espaciais na Teoria de Coalizações Internacionais: Perspectivas e Críticas

Amâncio Jorge Oliveira  
Janina Onuki  
Manoel Galdino Pereira Neto

### Introdução

Em praticamente todos os campos das relações internacionais o processo de formação de coalizões interestatais tem adquirido relevância crescente. Em que pese a heterogeneidade quanto à natureza e aos objetivos, os esquemas de ação coletiva internacional ganharam centralidade no âmbito da segurança internacional, do comércio e dos esforços de constituição de regimes internacionais sobre novos temas da agenda, tais como regimes de meio ambiente e direitos humanos, a ponto de ser válido afirmar que a ação individual dos países está mais para exceção do que regra em matéria de dinâmica internacional.

Cada qual ao seu modo, as distintas matrizes analíticas das relações internacionais procuram teorizar sobre as bases da formação das coalizões entre os Estados nacionais. Nos grandes centros estrangeiros, particularmente nos Estados Unidos, os modelos explicativos formais, no campo da escolha racional, têm conquistado espaço nesse esforço de teorização.

Segundo Milner (2004), a formalização significa uma transformação explícita do problema de tomada de decisão dos atores em um esquema analítico matemático-dedutivo. Modelos formais utilizam como fundamento da análise a função utilidade dos atores, os *payoffs* do jogo, as opções disponíveis aos ato-

res a cada estágio da interação e suas informações e crenças. Ainda segundo essa autora, esses modelos geralmente são apresentados em linguagem matemática ou lógica, de modo que as deduções possam ser facilmente reproduzíveis.

Sprinz e Wolinsky-Nahamias (2004) mostraram que a proporção de trabalhos utilizando métodos quantitativos e/ou formais, publicados na revistas especializadas com maior fator de impacto na área internacional, cresceram de 26%, na década de 1970, para 43%, no final da década de 1990. A ausência de *surveys* dessa natureza no Brasil não permite comparações adequadas. Uma avaliação do perfil da produção nacional indica a quase inexistência de trabalhos no Brasil intensivos em formalização.

Aqui, os esforços analíticos sobre esse tema substantivo concentram-se no campo do construtivismo, da teoria crítica ou no marco do institucionalismo normativo. Há trabalhos também no campo realista e neo-realista da teoria de alianças internacionais, cuja ênfase recai sobre o papel das assimetrias de poder como elemento-chave explicativo da ação coletiva, a exemplo da Teoria da Estabilidade Hegemônica. Raramente,<sup>1</sup> contudo, e em forte contraste com o que ocorre no campo da ciência política brasileira (a exemplo de estudos sobre coalizões partidárias no Legislativo), esquemas analíticos derivados da escolha racional mais formaliza-

dos são mobilizados pela literatura brasileira como instrumentos explicativos do fenômeno de formação de coalizões internacionais.

Em face desse diagnóstico, este artigo objetiva apresentar um breve balanço sobre a evolução da utilização, pela literatura internacional, de modelos oriundos da escolha racional na teoria de coalizões. A seção inicial apresenta, em sua primeira parte, os aportes da literatura da ação coletiva e seus desdobramentos recentes para, em seguida, analisar os principais pressupostos e a aplicabilidade dos modelos espaciais formais aos estudos de coalizões internacionais, atribuindo ênfase especial ao segundo tema. Tradicionalmente utilizados na ciência política, em particular no campo dos estudos sobre a relação entre o Executivo e Legislativo, os modelos espaciais passaram a ser adotados também no campo das relações internacionais. A segunda parte apresenta críticas e abordagens alternativas à teoria da escolha racional.

### **A Escolha Racional na Teoria de Coalizões Internacionais**

#### *Teoria da ação coletiva: aportes à teoria de coalizões*

A recorrência da constituição de coalizões e a centralidade dessas nos mais relevantes processos políticos concorreram para a emergência de uma “teoria das coalizões”. Originalmente, a teoria das coalizões foi fundamentada e aplicada aos estudos sobre formação de governos em sistemas parlamentares para, em seguida, voltar-se aos estudos dos outros processos, inclusive no âmbito das relações e das negociações internacionais.<sup>2</sup> Embora em seu curso evolutivo os estudos sobre coalizões tenham variado substancialmente em termos de níveis de análises,<sup>3</sup> é

pertinente agrupá-los em i) estudos sobre o processo de formação de coalizões (*theory of coalition formation*), empenhados em compreender como e quais os tipos de coalizões são formadas e ii) estudos sobre o comportamento das coalizões, destinados a analisá-las sob a ótica da atuação dos atores participantes e, como decorrência, da estabilidade coalicional<sup>4</sup> ao longo do tempo em função dos riscos de deserção dos atores; do tipo de estratégias desenvolvidas (demandantes, de veto, mistas etc); do padrão de atuação (conservadora *versus* revolucionária), da eficácia de suas ações e da distribuição dos recursos (*payoffs*).

*The theory of political coalitions*, escrito por William Riker em 1962, foi o trabalho de referência sobre o campo de estudos da formação de coalizões. Riker desenvolve, neste trabalho, o princípio do tamanho das coalizões (*size principle*), para o qual “em jogos de soma-zero de n-pessoas – em que concessões laterais são permitidas, os atores são racionais e as informações, perfeitas – apenas coalizões vencedoras mínimas são passíveis de ocorrer”. Invertendo-se a formulação, quando a saída de um único membro da coalizão inviabiliza a capacidade de vitória desta, tem-se a *minimum winning coalition*, cuja *rationale* deriva do fato de que os participantes tendem a evitar maior dispersão na divisão dos benefícios derivados do processo de barganha (Riker, 2003).

O trabalho de Riker acabou por abrir uma fértil agenda de pesquisa sobre formação de coalizões no campo da escolha racional, sob a influência da economia, a exemplo dos inúmeros estudos que o tomam como ponto de partida, seja no domínio da ciência política seja no campo das relações internacionais.

Outro trabalho seminal para os estudos nesse campo, também no âmbito da escolha racional e com influência da economia, foi o de Mancur Olson, *A lógica da ação coletiva*,

publicado em 1965, poucos anos depois do de Riker. Não há, nesta obra de Olson, uma preocupação de compreender o fenômeno da ação coletiva num campo específico, doméstico ou internacional, mas sim o de aportar para uma teoria geral sobre a formação de grupos políticos e a ação coletiva.

Olson rechaça a idéia de autores oriunda da filosofia política, a exemplo de Arthur Bentley, de que existiria uma “tendência natural”, instinto de formar agrupamentos. Ao contrário, a *rationale* da ação coletiva funda-se num cálculo utilitário de custo/benefício, típico dos agentes racionais do mercado, no qual a propensão dos agentes em cooperar para uma ação coletiva pressupõe a percepção de que haverá um benefício líquido marginal derivado da ação. Nesse contexto, duas dimensões são chaves nas formulações olsonianas sobre ação coletiva e formação de coalizões: o tamanho do grupo e a distinção entre benefícios coletivos<sup>5</sup> e benefícios privados ou seletivos. Um benefício coletivo, para ser considerado com tal, deve preencher dois requisitos: de *não-excludibilidade* (impossibilidade de exclusão), isto é, nenhum potencial beneficiário pode ser excluído; e “*partilhabilidade*”, que assevera que a utilização de um benefício não diminui a disponibilidade desses benefícios para os outros.

No que tange ao tamanho do grupo, Olson defende haver uma relação inversamente proporcional entre a propensão em cooperar via grupo e o tamanho do mesmo. Ou seja, quanto maior o grupo, menor será a disposição de atores em arcar com custos da ação coletiva, na medida em que quanto maior for o grupo, menor será a relevância das contribuições individuais, assim como menor será o controle e a parcela dos benefícios gerados pela ação coletiva.

Há aqui uma outra distinção importante a ser feita entre benefícios inclusivos ou exclusivos. Os benefícios exclusivos são aque-

les em que a entrada de novo membro é equivalente à incorporação de um novo competidor (isto é, uma nova firma em mercados competitivos). Já os benefícios inclusivos são aqueles em que a entrada de um novo membro representa o ingresso de um novo contribuinte sem afetar a distribuição dos benefícios (isto é, o ingresso de um novo morador para o rateio dos custos condominiais). Há clara proximidade desses conceitos com a idéia de soma-zero e soma positiva utilizados na teoria do jogos. Em outros termos, quanto maior for o grupo, mais sub-ótimo será o provimento de benefícios da ação coletiva. Daí porque Olson preocupa-se fundamentalmente com uma teorização sobre os grupos grandes, em detrimento de uma reflexão mais sistemática sobre os pequenos grupos, cujos dilemas de ação coletiva são menores.

Estabelece-se, na perspectiva de Olson, um ciclo negativo como resultado da ampliação do grupo. Quanto maior o grupo, menor será a possibilidade de controle dos investimentos dos membros, o que facilita o efeito carona. Como consequência, menor será a eficácia de partição dos benefícios e a disposição dos membros em seguir investindo na ação coletiva. Esse ciclo leva Olson a concluir que a ação coletiva em grandes grupos depende do provimento de benefícios seletivos (ou privados)<sup>6</sup> aos membros dos grupos, sem os quais não haverá motivação para a cooperação coletivista.

O esquema analítico de Olson referenciou a discussão sobre ação coletiva e formação de coalizões internacionais em uma gama de trabalhos substantivos. A presunção de que os Estados fazem cálculo de custo e benefício, assumida nesses trabalhos, deriva da concepção do Estado como ator unitário e racional, com preferências estabelecidas.

Outros autores aprimoraram o modelo de Olson ao incorporar o tema do poder, da liderança e da hegemonia em seus esquemas

analíticos. Russell Hardin, por exemplo, avança na teorização de Olson ao introduzir a idéia de que essa superação pode ser conquistada pela ação de um “empreendedor político” (*political entrepreneurs*), disposto a arcar de forma desproporcional com os custos da ação coletiva em troca de interesses próprios, como projeção e liderança (Hardin, 1982). Qualificação, diga-se, que muito se aproxima da Teoria da Estabilidade Hegemônica (THE) forjada no campo da economia política internacional.

#### Modelos espaciais nos estudos sobre coalizões internacionais

Os modelos espaciais (*spatial models*), constituídos no âmbito da teoria dos jogos, também de cunho racionalista, foram os responsáveis pelo mais substantivo salto de qualidade nos estudos sobre coalizões em nível de formalização dos estudos e introdução de análises dinâmicas, ou de processos tomando por base interesses substantivos dos atores.

Nesse campo, o trabalho de George Tsebelis, publicado em 1995, é a principal referência. A exemplo de Riker, Tsebelis, mesmo focando a atenção em processos decisórios domésticos, acabou por referenciar as discussões sobre coalizões internacionais. A tese central do autor é de que quanto maior for o número de *veto players* de um sistema político, maior será a estabilidade desse sistema. Ou seja, tanto mais difícil será empreender mudanças de política. Um *veto player* é, segundo Tsebelis, “um ator individual ou coletivo cuja concordância é necessária para que se tome uma decisão política” (1997).

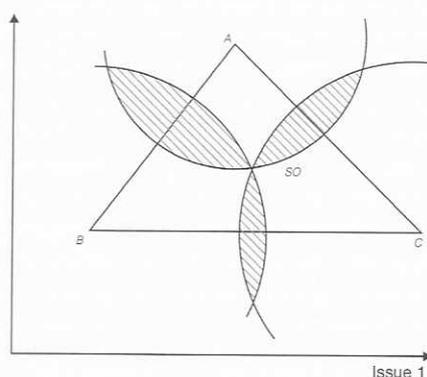
Utilizando-se de modelos espaciais, o autor procura demonstrar, neste trabalho, que a estabilidade de políticas de um sistema político depende de três características relacionadas ao conceito de *veto players*: o nú-

mero (quantidade de *jogadores de veto* no sistema); a congruência, entendida como o grau das similaridades de posições entre esses jogadores de veto; e, por fim, a coesão, similaridade das posições políticas que constituem cada um dos pontos de veto.

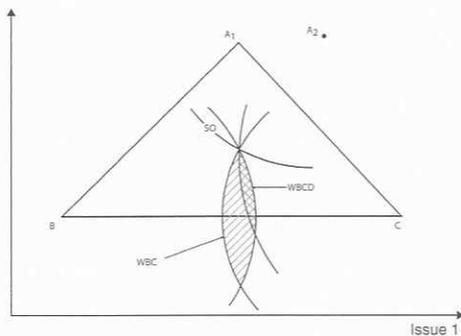
As três figuras a seguir, extraídas de Tsebelis (1995) e com representações de “curvas de indiferenças” em contextos institucionais distintos, dão conta das formulações deste autor. Na Figura 1 evidencia-se um arranjo institucional composto por três pontos de veto no qual, tendo em vista a posição do *status quo* (SQ), torna-se impossível a mudança política. A Figura 2 mostra que o deslocamento do ponto ideal do jogador A, da posição A<sub>1</sub> para a posição A<sub>2</sub>, não viabiliza a formação de um *win-set*<sup>7</sup> do *status quo* capaz de promover a mudança política. A mudança ocorrerá caso o jogador A seja substituído pelo jogador D. A Figura 3 mostra, por seu turno, que o deslocamento de posição do jogador B (de B<sub>1</sub> para B<sub>2</sub>) promove uma redução do *win-set*, corroborando com a tese de que a divergência de posições amplia a estabilidade política.

Embora tenha sido desenhado especificamente para a problema da formação de coalizões no jogo político doméstico, a aná-

Figura 1  
Win-set do *status quo* com três atores em duas dimensões

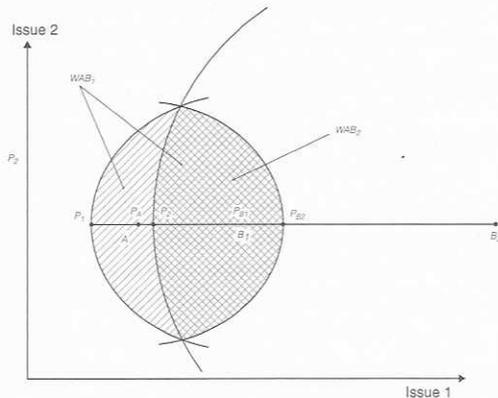


**Figura 2**  
Mudança do *status quo* com três *veto players*



O *status quo* não pode ser modificado mesmo que  $A_1$  mova para  $A_2$ . Se  $A_2$  for substituído por D, então o *status quo* pode ser substituído por qualquer ponto na área WBCD.

**Figura 3**  
Mudança de *status quo* como função da distância entre legisladores individuais



$WAB_2 < WAB_1$  se  $B_2$  estiver entre  $B_1$  e A.

lise espacial de Tsebelis trouxe uma série de contribuições para a compreensão do fenômeno. Os mesmos elementos e pressupostos do modelo espacial de Tsebelis são transplantados para modelar a interação no plano internacional.

O Estado nacional ou país é tomado, nos modelos espaciais, como um ator unitário ou a unidade de análise central. Como decorrência, os países ou Estados teriam preferências<sup>8</sup> e prioridades sobre temas internacionais. O que equivale a dizer que os Estados têm um “ponto ideal” (equivalente à preferência ou “interesse nacional”), “função utilidade” e “curvas de indiferença”; elementos que permitem análises espaciais em fenômenos internacionais (Mesquita, 2000).

Interesse nacional é tomado como “preferências reveladas”, em analogia ao voto. A analogia ao voto individual, utilizado como unidade de análise pelo individualismo metodológico da ciência política, tem correspondência direta nas relações internacionais, desde que os Estados sejam concebidos como unidades de análise. Para serem adotadas no campo da escolha racional, é necessário que as preferências dos Estados obedeam a dois princípios básicos, quais sejam, o da transitividade e o da possibilidade de comparação. As preferências devem, assim, fazer parte de uma relação hierarquizada, na qual fique clara a ordem das opções, além de possuírem um mesmo parâmetro (Shepsle e Bonchek, 1997). Parte-se ainda do pressuposto de que esse interesse é dinâmico, podendo variar ao longo do tempo e com o resultado do processo de barganha. Esse elemento dinâmico é captado pelo modelo espacial na medida em que, ao longo do tempo e após interações coalicionais, o “ponto ideal” pode deslocar-se no espaço euclidiano.

O pressuposto da unitariedade e da racionalidade do Estado, fundamental à teoria espacial, é, porém, fortemente questionado por outras abordagens de análise de política externa, tais como análise político-burocrática, análise cognitiva e todas as demais abordagens que estressam o papel de atores domésticos no processo de formulação de política externa.

Mesmo no campo da teoria espacial de relações internacionais, há questionamentos sobre a aplicabilidade de representações espaciais em análise de política externa e, conseqüentemente, no processo de formação de coalizões. Simon Hug (1999), por exemplo, considera a representação espacial pertinente apenas para modelos unidimensionais. A racionalidade, como lembra este autor, só pode ser garantida pela transitividade das preferências. Condição impossível de se conseguir nos esquemas bidimensionais ou quando os grupos de decisão (as unidades de análise) não estão em número ímpar. Nesses casos, quando as unidades de análise estão em número par, a transitividade das preferências não está garantida, comprometendo a aplicabilidade do modelo.

Outra formulação emprestada de Tsebelis diz respeito ao tema do grau de convergência de posicionamento dos atores à perspectiva de formação de coalizões. O nível de convergência é tomado como função direta do grau de proximidade entre os “pontos ideais” dos atores potenciais da coalizão. Quanto mais próximo, tanto maior será a possibilidade de estabelecimento de uma sobreposição de interesses (*win-set*). É função direta também do perfil dos atores. Um ator pode ser inflexível, não aceitar “curvas de indiferença” que se afastem muito do seu ponto ideal ou ser muito refratário a aceitar mudanças de posicionamento de seu ponto ideal. Ou pode, no sentido contrário, ser flexível nos dois contextos.

Martin e Vanberg (2003) demonstraram, por meio de análise espacial, que a área de sobreposição de interesses, isto é, o *win-set* do *status quo* ( $W[SQ]$ ), é maior quando os atores X e Y são mais flexíveis (*soft*), do que quando são inflexíveis (*tough*). Em síntese, a perspectiva de formação de coalizões é função do número de jogadores de veto na formação da aliança; da disposição espacial

entre os pontos ideais dos atores e o *status quo* (SQ), bem como do grau de flexibilidade ou rigidez posicional desses atores.

No campo das relações internacionais, e mais especificamente em negociações internacionais, o subproduto dos modelos espaciais da teoria dos jogos foi o modelo dos “jogos de dois níveis”. A composição do *win-set* intergovernamental internacional depende, em última análise, da formação do *win-set* doméstico, forjado na interação entre o Executivo e o Legislativo e dotado de poder ratificador dos acordos internacionais. Contudo, os “jogos de dois níveis” não foram muito além em termos de formalização dos estudos, tendo ficado mais restrita a sua utilização como metáfora do que como esquema explicativo formal.

Para além desses jogos, um conjunto de outros trabalhos no campo internacional valeram-se, de forma profícua, dos instrumentos de modelos espaciais e das teorias dos jogos. Cabe mencionar os estudos sobre conflitos internacionais e formações de alianças no campo da segurança internacional e defesa (Morrow, 1986; Sandler, 1999); análises sobre manejo de crises internacionais (Morgan, 1984; Mesquita, 2000); estudos de economia política na formação de preferências de políticas comerciais (Milner e Yoffie, 1989); análises comparadas sobre a inter-relação entre regimes políticos e instituições domésticas e estratégias dos países no campo do comércio e das negociações internacionais (Mo, 1995; Mansfield, Milner e Rosendorff, 2000; Mesquita, 2000; Mansfield e Bronson, 1997); estudos sobre instituições políticas e processos de integração regional (Meunier, 2000); estudos estratégicos e relacionamento bilateral (Liu, 2000), entre tantos outros.

### Estimação dos pontos ideais de atores

Três aspectos são fundamentais para que os modelos espaciais sejam aplicáveis ao campo das relações internacionais como um todo, e ao tema da formação de coalizões em particular: a existência de um espaço político bem definido, a informação sobre preferências dos atores definidas dentro desse espaço político e uma agenda especificando as seqüências de políticas a serem votadas.

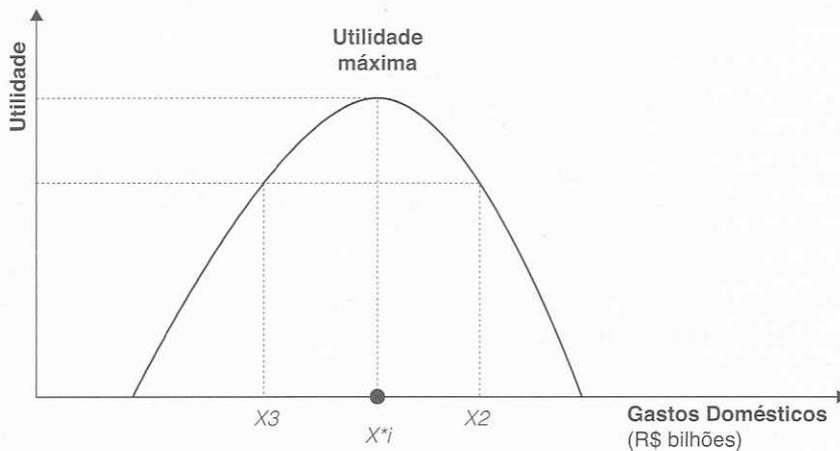
Assim, quando da aplicação do modelo espacial, é necessário pressupor que as preferências dos atores são bem comportadas, no sentido de que há um ponto mais preferido por cada ator e que a utilidade é decrescente em distância euclidiana com relação a esse ponto ideal. Ademais, é necessário também supor que se conhece a forma funcional<sup>9</sup> da função de utilidade do ator e também o seu ponto ideal. O Gráfico 1 ilustra a função utilidade no modelo espacial considerando uma única dimensão política.

Derivados desses pressupostos, temos três conseqüências: i) políticas ou temas que podem ser representados por pontos em um subconjunto do espaço euclidiano;<sup>10</sup> ii) os atores votam em uma proposta se ela está mais próxima do seu ponto ideal do que o *status quo*; e iii) a identidade do *status quo* é a última proposta aprovada naquele espaço político (Clinton e Meirowitz, 2001). O Gráfico 1 ilustra a idéia de que políticas podem ser representadas por pontos num espaço euclidiano.

Recentemente a literatura metodológica sobre aplicações da teoria espacial tem voltado sua atenção sobre os “problemas de identificação”, ou seja, da correta obtenção dos “pontos ideais” dos atores, bem como da sua função utilidade.

Parte dos estudos legislativos tem utilizado os *ratings* ideológicos atribuídos por grupos de interesse para o legislador no sentido de medir o ponto ideal dos legisladores.<sup>11</sup> Mas não só em estudos domésticos os

Gráfico 1  
Função utilidade do modelo espacial com única dimensão política



Obs.: U é utilidade de cada ponto x. Cada ponto x é o gasto colocado em R\$ bilhões. Assim, se  $X^*i = R\$ 40$ ,  $X_3 = R\$ 35$  e  $X_2 = R\$ 45$ , então ambos,  $X_3$  e  $X_2$ , geram a mesma “utilidade” para o indivíduo i (a distância do ponto ideal é a mesma). Assim, quanto mais distante o gasto X de  $X^*$ , menor será a utilidade daquele gasto.

*ratings* têm sido utilizados para medir o ponto ideal dos legisladores. Ao estudar a relação entre o doméstico e o externo, alguns autores têm também utilizado os *ratings* como indicadores do ponto ideal dos legisladores. Baldwin e Magee (2000), por exemplo, ao analisarem a atuação do congresso dos Estados Unidos no Nafta e OMC/Gatt utilizam esta metodologia para estimar o ponto ideal dos legisladores.

Em geral os *ratings* são construídos a partir do histórico de votação dos legisladores tendo em vista algum interesse específico do grupo de interesse. Contudo, alguns estudos têm mostrado que os *ratings* tendem a sobreestimar o grau de extremismo no congresso (Brunell *et. al.* 1999; Krehbiel, 1994; Snyder, 1992).

De toda forma, alguns autores estimam, eles mesmos, as preferências dos legisladores a partir de uma seqüência de votos binários de sim e não. Esses estudos baseiam-se no histórico de votação dos congressistas, os chamados *roll call votes* (Londregan, 2000; Heckam e Snyder, 1997; Clinton e Meirowitz, 2001). Outros estudos replicam estratégias similares para outros atores, como a suprema corte dos Estados Unidos (Martin e Quinn, 2002).

Dada, porém, a diversidade de metodologia para estimação de pontos ideais de atores, vários estudos têm procurado avaliar a eficácia e os problemas dessas metodologias (Martin e Quinn, 2005; Clinton e Meirowitz, 2001). Burden *et. al.* (2000) comparam essas estimativas baseadas em votos inclusive com outras metodologias, como as baseadas em notícias de jornais, *surveys* com os senadores e junção desses aspectos com outros (como os *ratings*). Concluem, entretanto, que essas metodologias não evitam os problemas da metodologia baseada em *roll call* nem oferecem mais vantagens.

A existência de inúmeros estudos aplicados que utilizam a metodologia de estimar o ponto ideal a partir da preferência revela-

da dos atores nas votações é animadora. Isso porque o posicionamento revelado de um Estado numa votação relativa a um determinado tema ou relativa à escolha entre aderir ou não aderir a um regime internacional pode ser encarado do mesmo modo que a votação de um congressista ou juiz da suprema corte norte-americana. Torna-se crucial apenas, nesse caso, que a amostra de preferências reveladas seja a maior possível para que a preferência desse ator possa ser estimada com mais precisão. Com efeito, quanto maior o tamanho da amostra, mais eficiente é o estimador (Burden *et. al.*, 2000).

Nesse sentido, o ponto importante a ser levado em consideração é que a estimação seja consistente com a teorização de voto espacial, ou seja, que o modelo analítico a ser utilizado na análise empírica seja o espacial (Clinton e Meirowitz, 2001, especialmente pp. 2-3 e 11-12). Esses resultados, de não importar a arena, são consistentes com o paradigma da escolha racional ou estratégica (Lake e Powell, 1999), em que é importante o aspecto interativo entre os atores e não a arena.<sup>12</sup>

### **Abordagens Alternativas na Teoria de Coalizões**

As distintas abordagens teóricas no campo da ciência política e das relações internacionais, cada um a seu modo, apontaram críticas e limitações da introjeção da análise econômica no estudo sobre coalizões internacionais.

Do campo realista, a principal crítica<sup>13</sup> dirigida aos esquemas analíticos da teoria dos jogos na formação de coalizões residiu na ausência da variável "poder" em tais esquemas. Ao tratar os atores como unidades equivalentes, teria abstraído o problema central de toda interação interestatal, que é a

questão da assimetria de poder<sup>14</sup> e, como consequência, dos mecanismos de coerção acionados pelos atores hegemônicos nos processos de negociações multilaterais. Do lado cognitivista, foram abundantes as críticas quanto à ausência de fatores extra-rationais determinantes das escolhas dos agentes.

Especificamente sobre o trabalho de Riker, evidenciou-se o problema da aplicabilidade entre a área de estudo. A aplicabilidade do “princípio do tamanho” na formação de coalizões no campo das relações e das negociações internacionais – teoria das alianças ou das coalizões internacionais – não foi, de fato, direta e revelou comportar limitações severas. De acordo com Russett (1968), com um número maior de atores, como de hábito no âmbito internacional, tornava-se difícil achar um resultado sobre a conformação da coalizão mínima. Ou seja, o princípio perdia em capacidade preditiva. Mas esta não seria, segundo Russett, a limitação principal do modelo de Riker, mas sim o fato de que este não levava em consideração as diferenças de poder intracoalizão. Não há considerações sobre como o peso político e econômico dos países poderia ser medido e ponderado no sentido de se antever a formação de coalizões vencedoras mínimas no âmbito internacional.

Trabalhos subsequentes aos de Riker buscaram forjar formulações mais abrangentes à teoria da formação de coalizões, para além da centralidade de número de atores, e trouxeram contribuições, ainda que limitadas e indiretas, ao entendimento sobre as bases da formação de alianças internacionais. Foi o caso de William Gansom (1964; 1962; 1961a; 1961b) em seus estudos experimentais sobre a formação de coalizões em convenções partidárias nos Estados Unidos. Gamson parte do mesmo suposto de Riker ao admitir que os atores tendem a evitar membros supérfluos às suas coalizões. Avança, contudo, ao introduzir a

idéia de que, no processo de formação de coalizões, os atores levam em consideração as *nountilitarian strategies preferences* (perspectivas cognitivas, construtivistas), relacionadas a preferências políticas e afinidades ideológicas. Segundo ele, o custo de formação de coalizões ideologicamente coesas é menor, e o retorno (*payoff*) aos participantes é maior.

Theodore Caplow (1956; 1959) amplia os esforços de aprimoramento do “princípio do tamanho” da teoria de formação de coalizões. Sua contribuição específica reside na incorporação do peso relativo às avaliações de preditibilidade das iniciativas coalicionais. Caplow argumenta que, além da preocupação sobre equilíbrio de poder das intercoalizões, os atores preocupam-se com o jogo de forças intracoalizões e desenvolvem estratégias no sentido de controlar os demais membros da aliança. Esta é a razão, por exemplo, para o fato de um ator intermediário preferir aliar-se a um parceiro mais fraco do que ao ator hegemônico do sistema. Com efeito, a consequência de uma aliança formada por um ator intermediário e uma potência seria, nesse contexto, a perda de graus de liberdade e a subordinação do ator médio. Portanto, diferentemente do que postula Riker, as preferências de parcerias são informadas pela assimetria de poder relativo dos membros.

Avanços também foram feitos no sentido de conferir centralidade analítica à questão da distribuição dos *payoffs* e o papel dos *sidepayments* nesse processo de formação de coalizões. Russett (1968) aponta ainda outras limitações ao modelo do tamanho mínimo. A saber, o problema da insuficiência de informações, que impinge dificuldades adicionais aos atores em calcular com precisão qual seria o tamanho mínimo. Como consequência, tendem a alargar a base de apoio e a margem de segurança de vitória.

Em síntese, a motivação dos países em optar por atuar no jogo das negociações mul-

tilaterais por meio de coalizões internacionais comporta explicações de diferentes matrizes teóricas. Passa por um amplo espectro que vai desde uma *abordagem organizacional*, relacionada à diminuição de custos transacionais principalmente para países de menor desenvolvimento relativo, passando pela *análise cognitiva* (Friend, Laing e Morrison, 1977; Mushin e Rosenthal, 1976), pelo *neo-institucionalismo*, focado no papel dos grupos de interesse e instituições, e pelos *neo-realistas* (Dupont, 1994; Michener *et al.*, 1975), relacionados à dimensão do equilíbrio de poder, até vertentes construtivistas, baseada em idéias e identidade nos processos políticos.

O trabalho mais recente de Narlikar, à título de exemplo, leva em consideração a questão do aprendizado, sinônimo de “socialização”, em que o histórico de outras experiências de constituição de coalizões internacionais são tomadas como variável-chave (Narlikar e Tussie, 2004a).

### Considerações Finais

Os modelos espaciais são ferramentas analíticas com grande aplicabilidade aos estudos de relações internacionais, em que pesem suas limitações, necessidades de ajustes metodológicos e críticas apresentadas neste balanço. Têm como mérito aprimorar o modelo do jogo de dois níveis, notadamente menos formal e limitado tanto pela

unidimensionalidade de seus esquemas analíticos, como pela ausência de uma avaliação dinâmica dos processos políticos. Especificamente no âmbito dos estudos sobre coalizões, esses modelos possibilitam análises mais acuradas sobre as perspectivas de construção de convergências entre os atores, levando-se em conta o estado da arte de determinada política, ou do *status quo*.

O pressuposto inerente a esse modelo, o da racionalidade do Estado como ator internacional, não precisa nem deve ser feito em antagonismo à análise do papel dos grupos de interesse na formação das preferências nacionais ou a abordagens político-burocráticas. Ao contrário, o modelo é fértil justamente por incorporar a dimensão doméstica no processo decisório de política externa. De fato, os ganhos são tanto no campo de uma melhor parametrização das interações interestatais como em desvendar os processos decisórios estatais, em consonância com as gerações mais recentes da análise de política externa.

A extensividade do uso dos modelos espaciais formais no campo dos estudos internacionais revela que esses modelos são férteis não apenas para análises neo-institucionalistas de temas domésticos, tal qual estudos sobre a relação entre Executivo e Legislativo nos processos de tomada de decisão. Indica, ao contrário, que a interação entre metodologias advindas de distintas áreas das ciências sociais é altamente profícua, ainda que ajustes pontuais precisem ser feitos.

### Notas

1. Vale mencionar nessa linha alguns trabalhos desenvolvidos com base na teoria dos jogos de dois níveis.
2. Duncan Black publicou, em 1958, um dos primeiros trabalhos (*Theory of committees and elections*) na área de relações internacionais, mais precisamente sobre negociações de tratados internacionais, a utilizar modelos espaciais em sua análise.

3. Destacam-se os seguintes níveis analíticos: 1. preocupação quanto à motivação dos atores em priorizar arranjos cooperativos; 2. fatores de estabilidade e durabilidade, em função de características intracoalizes; 3. eficácia e impactos da ação coletiva; 4. tipologia das coalizes e estratégias preferenciais; 5. estudos de caso; 6. papel de lideranças no processo de constituição de coalizes; e 7. tamanho da coalizão e estratégias possíveis.
4. Ver, Carlo Carraro e Carmen Marchiori (2002).
5. Benefício que, ao ser provido, não pode ser negado a nenhum consumidor potencial” (Olson, 1999).
6. Para uma visão crítica sobre a idéia de que o problema da ação coletiva pode ser superado com a oferta de benefícios seletivos, ver Frolich, Oppenheimer e Young (1971). Para um exemplo da utilização de benefícios seletivos em questões substantivas, ver Philip Burgess e James Robinson (1969).
7. *Win-set* é definido como “um conjunto de pontos no espaço político no qual todos os atores preferem um determinado ponto, geralmente um determinado *status quo*” (Shesple e Weingast, 1987, p. 90). A inovação política, tal como a formação de um acordo comercial internacional, dependeria assim da existência de um *win-set do status quo*.
8. Está implícita, nessa concepção, a idéia do Estado nacional como ator unitário e racional, detentor de uma “função utilidade” e “curva de indiferença” próprios. O cerne do debate sobre as unidades últimas de decisão, do campo da análise de política externa, enfrenta precisamente essa discussão.
9. Por forma funcional referimos-nos a, por exemplo, estabelecer que as curvas de indiferença são circunferências com o centro no ponto ideal, ou elipses etc.
10. Menos formalmente, uma política qualquer, digamos educação, pode ser representada como um ponto num gráfico cartesiano, indicando no eixo *y* a utilidade e no eixo *x* a “quantidade” da política em questão.
11. Para estudos recentes que utilizam esta metodologia, ver, por exemplo, Maltzman (1999); Dion e Huber, (1997), Krehbiel (1997, 1995). Para uma análise de alguns desses *ratings*, ver Brunel *et. al.* (1999).
12. O exemplo mais famoso dessa visão é o trabalho de Putnam (1998), que enfoca a interação entre atores dos níveis doméstico e externo.
13. Embora em princípio pertinente, esta crítica não fica inteiramente sem resposta. Em larga medida, a utilidade de cada um dos países embute preocupações com questões relativas ao poder, ao equilíbrio de poder, aos ganhos relativos etc. O mesmo pode-se dizer com relação a questões cognitivas, como por exemplo a diferença dos países no que tange a propensão a assumir riscos em suas estratégias.
14. Mesmo fora do campo realista das relações internacionais, alguns trabalhos chamaram a atenção para o problema da assimetria de poder no processo de formação de coalizes, como foi o caso de Jerome Chertkoff (1971).

## Bibliografia

- ATKINSON, Andrew & THOMAS, Cherian. (2003), "India resists WTO effort on investment". *Bloomberg News Wednesday*, 27, ago.
- BALDWIN, Robert & MAGEE, Christopher. (2000), *Congressional trade votes: from NAFTA approval to fast-track defeat*. Washington, DC, Institute for International Economics.
- BINDER, Sarah A.; LAWRENCE, Eric D. & MALTZMAN, Forrest. (1999), "Uncovering the hidden effect of party". *Journal of Politics*, 61 (3): 815-831.
- BLACK, Duncan. (1999), *Theory of committees and elections*. Boston, Kluwer Academic Publishers.
- BRUNEL Thomas L.; KOETZLE, William; DINARDO, John; GROFMAN, Bernard & FELD, Scott L. (1999), "The  $R^2 = .93$ : When do they differ? Comparing liberal and conservative interest group ratings". *Legislative Studies Quarterly*, 24 (1): 87-101, fev.
- BURDEN, Barry C.; CALDEIRA, Gregory A. & GROSECLOSE, Gary. (2000), "Measuring ideologies of U.S. Senators: the song remains the same". *Legislative Studies Quarterly*, 25 (2): 237-258.
- BURGUESS, Philip M. Burgess & ROBINSON, James A. (1969), "Alliance and the theory of collective action: a simulation of coalition process". *Midwest Journal of Political Science*, 13 (2): 194-218, maio.
- CAPLOW, Theodore. (1956), "A theory of coalitions in the triad". *American Sociological Review*, 21 (4): 489-493.
- CAPLOW, Theodore. (1959), "Further development of a theory of coalitions in the triad". *American Journal of Sociology*, 64 (5): 488-493.
- CARRARO, Carlo & MARCHIORI, Carmen. (2002), *Stable coalitions*. Londres, Centre for Economic Policy Research.
- CHECKEL, Jeffrey T. (2001), "Why comply? Social learning and European identity change". *International Organization*, 55 (3): 553-588.
- CHERTKOFF, Jerome. (1971), "Coalition formation as a function of differences in resources". *Journal of Conflict Resolution*, 15 (3): 371-383, set.
- CLINTON, Joshua D. & MEIROWITZ, Adam. (2001), "Agenda constrained legislator ideal point and the spatial voting model". *Political Analysis*, 9 (3): 242-260.
- DION, Douglas & HUBER, John D. (1997), "Sense and sensibility: the role of rules". *American Journal of Political Science*, 41 (3): 945-957.
- DUPONT, Christophe. (1994), "Coalition theory: using power to build cooperation", in William Zartman (org.), *International multilateral negotiation*, São Francisco, Jossey-Bass Publishers, parte II, cap. 7, pp. 148-177.

- FRIEND, Kenneth E.; LAING, James D. & MORRISON, Richard J. (1977), "Bargaining processes and coalition outcomes: an integration". *Journal of Conflict Resolution*, 21 (2): 267-298.
- FROHLICH, N.; OPPENHEIMER & YOUNG, O. R. (1971), *Political leadership and collective goods*. New Jersey, Princeton University Press.
- GANSOM, W. A. (1964), "Experimental studies of coalition formation". *Advances in Experimental Social Psychology*, 1 (1): 81-110.
- \_\_\_\_\_. (1962), "Coalition formation at presidential nominating conventions". *American Journal of Sociology*, 68 (2): 157-171.
- \_\_\_\_\_. (1961a), "An experimental test of a theory of coalition formation". *American Sociological Review*, 26 (4): 565-573.
- \_\_\_\_\_. (1961b), "A theory of coalition formation". *American Sociological Review*, 26 (3): 373-382.
- GARTEN, Jeffrey E. (2003), "Cancún: going up the flames". *Newsweek*, pp. 48-51, 29 set.
- HAMILTON, Colleen & WHALLEY, John. (1989), *Coalitions in the Uruguay round: the extent, pros and cons of developing country*. Working paper 2751, Cambridge, National Bureau of Economic Research, out.
- HARDIM, Russel. (1982), *Collective action*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- HECKMAN, James & SNYDER, James. (1997), "Linear probability models of the demand for attributes with empirical application to estimating the preferences of legislators". *Rand Journal of Economics*, 28: 142-189.
- HERMANN, C.; KEGLEY, C. & ROSENAU, J. (eds.). (1987), *New directions in the study of foreign policy*, Boston, Allen&Unwin.
- HIGGOT, Richard & COOPER, Andrew. (1990), "Middle power leadership and coalition building: Australia, the Cairns Group and the Uruguay round of trade negotiations". *International Organization*, 44 (4): 589-632.
- HINCH, Melvin & MUNGER, Michael C. (1997), *Analytical politics*. Nova York, Cambridge University Press.
- HINCLEY, Barbara. (1979), "Twenty-one variables beyond the size of the winning coalitions". *Journal of Politics*, 4 (1): 192-212.
- HUG, Somon. (1999), "Nonunitary actors in spatial models: how far is far in foreign policy?". *Journal of Conflict Resolution*, 43 (4): 479-500.
- HURRELL, Andrew & NARLIKAR, Amrita. (2005), *A new politics of confrontations? Developing countries at Cancun and Beyond*, University of Oxford (mimeo.).
- ENELOW, James M. & HINICH, Melvin J. (1984), *The spatial theory of voting: an introduction*. Cambridge, Cambridge University Press.

- JERVIS, Robert. (1978), "Cooperation under the security dilemma". *World Politics*, 30 (2): 167-214.
- KAHLER, Miles & ODDELL, John. (1989), "Developing country coalition-building and international trade negotiations", in John Whalley (ed.), *Developing countries and the global trading system*, Ann Arbor, Michigan University Press.
- KRAJEWSKI, Markus. (2000), "From green room to glass room: participation of developing countries and internal transparency in the WTO decision making process". *A TradeWatch Paper*, Germanwatch, jul.
- KREHBIEL, Keith. (1994), "Deference, extremism, and interest group rating". *Legislative Studies Quarterly*, 19: 61-77.
- \_\_\_\_\_. (1995), "Cosponsors and wafflers from A to Z". *American Journal of Political Science*, 39 (3): 906-923.
- \_\_\_\_\_. (1997), "Restrictive rules reconsidered". *American Journal of Political Science*, vol 41 (3): 919-944.
- KRUEGER, Anne O. (2001), *The developing countries and the next round of multilateral trade negotiations*, International Monetary Fund (mimeo.).
- KUMAR, Rajiv. (1995), "Developing-country coalitions in international trade negotiations", in Diana Tussie e David Glover (eds.), *The developing countries in world trade: policies and bargaining strategies*, Boulder CO, Lynne Rienner.
- LAKE, David A. & POWELL, R. (1999), "International relations: a strategic-choice approach", in \_\_\_\_\_, *Strategic choice and international relations*, Princeton, Princeton University Press.
- LANDMAN, Todd. (2003), *Issues and methods in comparative politics: an introduction*. Londres/Nova York, Routledge.
- LIMA, Maria Regina Soares. (2005), "A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul". *Revista Brasileira de Política Internacional*, 48 (1): 24-59.
- LIU, Xinsheng. (2000), "Dimension manipulation and choice strategy in US-China relations: a spatial game-theoretical analysis". *Journal of Chinese Political Science*.
- LONDREGAN, John. (2000), "Stimating legislator's preferred point". *Political Analysis*, 8: 35-56.
- MALTZMAN, Forrest. (1999), *Competing principals: committees, parties, and the organization of congress*. Ann Arbor, University of Michigan Press.
- MANSFIELD, Edward D.; MILNER, Helen & ROSENDORFF, Peter. (2000), "Free to trade: democracies, autocracies, and international trade. *American Political Science Review*, 94 (2): 305-321, jun.
- MANSFIELD, Edward D. & BRONSON, Rachel. (1997), "Alliances, preferential trading arrangements, and international trade". *American Political Science Review*, 91 (1): 94-107, mar.

- MARTIN, Andrew D., QUINN, Kevin M. (2002), "Dynamic Ideal Point Stimulation via Markov Chain Monte Carlo for the U.S. Supreme Court, 1953-1999". *Political Analysis*, 10 pp. 134-153.
- \_\_\_\_\_. (2005), "Can ideal point estimates be used as explanatory variables?". Disponível em no site: <http://adm.wustl.edu/supct.php>. Acessado em 20 de abril de 2006.
- MARTIN, Lanny W. & VANBERG, Georg. (2003), "Wasting time? The impact of ideology and size on Delay in coalition formation". *British Journal of Political Science*, 33: 323-344.
- MARWELL, Gerald & OLIVER, Pamela. (1993), *Critical mass in collective action: a micro-social theory*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MESQUITA, Bruce Bueno de. (2000), "Principles of international politics: people's power, preferences, and perceptions". *Congressional Quarterly Inc*, pp. 267-289, Washington, DC.
- MEUNIER, Sophie. (2000), "What single voice? European institutions and EU-U.S. trade negotiations". *International Organization*, 54 (1): 103-135.
- MICHENER, Andrew H.; FLEISHMAN, John; VASKE, Jerry J. & STATZA, Gerald R. (1975), "Minimum resource and pivotal power theories: a competitive test in four-person coalitional situations". *Journal of Conflict Resolution*, 19 (1): 89-107.
- MILNER, Helen & ROSENDORFF, Peter. (1997), "Democratic politics and international trade negotiations: election and divided government as constraints on trade liberalization". *Journal of Conflict Resolution*, 41 (1): 117-146, fev.
- \_\_\_\_\_. (2004), "Formal methods and international political economy", in SPRINZ, Detlef F. Sprinz e Yael Wolinsky-Nahamias (eds.), *Models, numbers and cases: methods for studying international relations*, Ann Arbor, The University of Michigan Press.
- MILNER, Helen & YOFFIE, David. (1989), "Between free trade and protectionism: strategic trade policy and a theory of corporate trade demands". *International Organization*, 43 (2): 239-272.
- MO, Jongryn. (1995), "Domestic institutions and international bargaining: the role of agent veto in two-level games". *The American Political Science Review*, 89(4): 914-924, dez.
- MORGAN, T. Clifton. (1984), "A spatial model of crisis bargaining". *International Studies Quarterly*, 28 (4): 407-426, dez.
- MORROW, James D. (1986), "A spatial model of international conflict". *American Political Science Review*, 80 (4): 1131-1150, dez.
- MUSHIN, Lee & ROSENTHAL, Howard. (1976), "A behavioral model of coalition formation: the french apparentements of 1951". *Journal of Conflict Resolution*, 20 (4): 563-588.

- NARLIKAR, Amrita. (2003), *International trade and developing countries: bargaining coalitions in the GATT & WTO*. Londres, Routledge.
- NARLIKAR, Amrita & ODELL, John. (2003), *The strict distributive strategy for a bargaining coalition: the like minded group in the World Trade Organization, 1998-2001*. Trabalho apresentado na "Research Conference Developing Countries and the Trade Negotiation Process", UNCTAD.
- NARLIKAR, Amrita & TUSSIE, Diana. (2004a), "The G20 at the Cancun ministerial: developing countries and their evolving coalitions in the WTO". *World Economy*, 27 (7): 947-966.
- \_\_\_\_\_. (2004b), *Bargaining together in Cancun: developing countries and their evolving coalitions*. Working paper # 17, LATN, FLACSO, November. Disponível no site [www.flacso.org.ar](http://www.flacso.org.ar). Acesso em 10/08/2004.
- NEACK, Laura; HEY, Jeanne & HANEY, Patrick (eds.). (1995), *International trade and developing countries: bargaining coalitions in the GATT & WTO*. Londres, Routledge.
- ODELL, John. (2000), *Negotiating the world economy*. Ithaca, Cornell University Press.
- OLIVER, Pamela. (1980), "Selective incentives in an apex game". *Journal of Conflict Resolution*, 24 (1): 113-141, mar.
- OLSON, Marcur. (1999), *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. Tradução Fabio Fernandez. São Paulo, Edusp.
- PUTNAM, Robert. (1998), "Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games". *International Organization*, 42 (3): 427-440, summer.
- RIKER, William. (2003), *Theory of political coalitions*. Nova York, Textbook Publishers.
- ROTHSTEIN, R. L. (1984), "Regime creation by a coalition of the weak: lessons from the NIEO and the integrated program for commodities". *International Studies Quarterly*, 28: 307-328.
- RUSSET, Bruce M. (1968), "Components of an operational theory of international alliance formation". *Journal of Conflict Resolution*, 12 (3): 285-301.
- SANDLER, Todd. (1999), "Alliance formation, alliance expansion, and the core". *Journal of Conflict Resolution*, 43 (6): 727-747, dez.
- SELL, Susan & ODELL, John. (2003), *Reframing the issue: the coalition on intellectual property and public health in the WTO, 2001*. Trabalho apresentado na "Research Conference, Developing Countries and the Trade Negotiation Process", UNCTAD, Palais des Nations, Geneva, 6-7 nov.
- SHEPSLE, Kenneth A. & BONCHEK, Mark. (1997), *Analyzing politics: rationality, behavior, and institutions*. Nova York, Norton.
- SHEPSLE, Kenneth A. & WEINGAST, Barry R. (1987), "The institutional foundation of Committee Power". *American Political Science Review*, 81: 85-104.

- SNYDER, James S. (1992), "Artificial extremism in interest group ratings". *Legislative Studies Quarterly*, 7: 319-43.
- SPRINZ, Detlef F. & WOLINSKY-NAHAMIAS, Yael (eds.). (2004), *Models, numbers and cases: methods for studying international relations*. Ann Arbor, The University of Michigan Press.
- TSEBELIS, George. (1995), "Decision-making in political systems: veto player in presidentialism, parliamentarism, multicameralism and multipartyism". *British Journal of Political Science*, 25: 289-325.
- \_\_\_\_\_. (1997), "Processo decisório em sistemas políticos: *veto players* no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12 (34): 89-117, jun.
- TUSSIE, Diana (ed.). (2003), *Trade negotiations in Latin America: problems and prospects*. Basingstoke, Palgrave.
- TUSSIE, Diana & GLOVER, David (eds.). (1995), *Trade negotiations in Latin America: problems and prospects*. Basingstoke, Palgrave.
- UNITED STATES. (2004). "General accounting office. World Trade Organization: Cancun Ministerial Fails to move global trade negotiations forward, next steps uncertain". *Report to the Chairman, Committee on Finance, U.S. Senate, and to the Chairman, Committee on Ways and Means, House of representatives*, jan.
- WADHVA, Charan D. (2004), *Post-Cancun WTO perspectives: India's negotiating position as a developing country*. Londres, Centre for Policy Research, maio.
- WHALLEY, J. KAHLER, M. & ODELL, J. (2003), *Developing countries and global trading system*. Ann Arbor, Michigan University Press (série: *Studies in International Trade Policy*, 1).
- WOLFE, Robert. (2004), "Informal ministerial meetings and the WTO: multilateralism with large and small numbers, revisited". Trabalho apresentado na reunião anual da International Studies Association, Montreal, mar.

- Artigo recebido em Jun/2006
- Aprovado em Ago/2006

## Resumo

### *Modelos Espaciais na Teoria de Coalizões Internacionais: Perspectivas e Críticas*

Em praticamente todos os campos das relações internacionais, o processo de formação de coalizões interestatais tem adquirido relevância crescente. Distintas matrizes analíticas procuram teorizar sobre as bases da formação das coalizões entre os Estados nacionais. Nos grandes cen-

tros estrangeiros, particularmente nos Estados Unidos, os modelos explicativos formais, no campo da escolha racional, têm conquistado espaço nesse esforço de teorização. No caso do Brasil, os esforços analíticos sobre o tema concentram-se no campo do construtivismo, da teoria crítica ou no marco do institucionalismo normativo. Este artigo tem como objetivo apresentar um breve balanço sobre a evolução da utilização, pela literatura internacional, de modelos oriundos da escolha racional na teoria de coalizões. Inicialmente, apresentamos os aportes da literatura da ação coletiva e seus desdobramentos recentes e, em seguida, analisamos os principais pressupostos e aplicabilidade dos modelos espaciais formais aos estudos de coalizões internacionais. A segunda parte dedica-se a apresentar críticas e abordagens alternativas à teoria da escolha racional.

**Palavras-chave:** Modelos espaciais; Teoria formal; Escolha racional; Coalizões internacionais; Ação coletiva.

### **Abstract**

#### *Spatial Models on the International Coalition Theory: Perspectives and Critiques*

In virtually almost all the fields of international relations the formation process of interstate coalitions has acquired an increasing relevance. Different analytical matrices seek to theorize about the bases of the formation of the coalition between national States. In big foreign centers, particularly in the USA, the formal explanatory models on the rational choice field have conquered space on this effort of theorization. In the Brazilian case, analytical efforts on this substantive issue have been concentrated in the field of constructivism, of critical theory, or on the landmark of normative institutionalism. This article aims to present a brief balance about the evolution of the usage by the international literature of models derived from the rational choice in the coalition theory. Initially, we present the guiding of the collective action literature and its recent unfoldings; after that we analyze the main presuppositions and applicability of formal space models to studies on international coalitions. The second part dedicates at presenting critiques and alternative approaches to the so-called rational choice theory.

**Keywords:** Spatial models; Formal theory; Rational choice; International coalitions; Collective action.

### **Résumé**

#### *Modèles Spatiaux dans la Théorie des Coalitions Internationales: Perspectives et Critiques*

Dans pratiquement tous les domaines des relations internationales, le processus de formation de coalitions interétatiques a acquis une importance croissante. Des matrices analytiques distinctes tendent à théoriser des coalitions entre les États nationaux. Dans les grands centres étrangers, particulièrement aux États-Unis, les modèles explicatifs formels, dans le domaine

du choix rationnel, sont de plus en plus théorisés. En ce qui concerne le Brésil, les efforts analytiques concernant ce thème se concentrent dans le domaine du constructivisme, de la théorie critique ou de l'institutionnalisme normatif. Cet article a pour but de présenter un court bilan sur l'évolution de l'utilisation des modèles provenant du choix rationnel des théories des coalitions par la littérature internationale. Nous présentons, tout d'abord, les apports de la littérature de l'action collective et ses conséquences. Nous analysons, ensuite, les présupposés principaux et l'applicabilité des modèles spatiaux formels aux études des coalitions internationales. La deuxième partie est consacrée à la présentation des critiques et des approches alternatives à la théorie du choix rationnel.

**Mots-clés:** Modèles spatiaux; Théorie formelle; Choix raisonnable; Coalitions internationales; Action collective.